



As excelentes condições portuárias e a localização singular da colina do Castelo, sobranceira ao estuário do rio mais extenso da Península Ibérica, área de charneira entre a Europa Atlântica e o mundo mediterrânico, foram determinantes pelo papel que esta região assumiu desde meados do primeiro milénio a.C., tendo o povoado de *Olisipo*, conjuntamente com o de Almaraz, na margem esquerda do Tejo, dominado a sua foz e assumido o “controle” da grande estrada fluvial para o interior, desde uma fase precoce do mundo orientalizante.

Ainda que o estado dos nossos conhecimentos sobre a “cidade” pré-romana sejam bastante lacunares, a análise dos dados disponíveis deixa entrever uma superfície ocupada, de grandes dimensões, sendo de sublinhar a evidente continuidade cultural de cariz “orientalizante” registada desde o início da sua ocupação, não se tendo verificado nenhuma ruptura clara até à chegada das primeiras importações itálicas.

As intervenções em meio urbano no casco antigo de Lisboa têm permitido identificar a longa diacronia de ocupação de que este espaço foi alvo ao longo de cerca de 3000 anos, sendo importante reter que estamos a lidar com uma cidade viva, com uma larga tradição histórica de actividade sísmica, o que em muito limita a nossa percepção, visto o constante renovar do tecido urbano causar lacunas e hiatos na estratigrafia, que nem sempre são fáceis de explicar. Temos isso bem presente ao nos debruçarmos sobre os primeiros momentos de contacto com o mundo itálico, resumindo-se os dados disponíveis, até há bem pouco tempo, a alguns artefactos isolados, desprovidos de um contexto primário.

O projecto de arqueologia urbana que se tem vindo a desenvolver em torno do Castelo de São Jorge possibilitou-nos, pela primeira vez, dispor de um conjunto de dados quantitativamente relevante para este período, provenientes de escavações recentes, associados a uma estratigrafia bem preservada, que permite a aferição de sincronias para os diversos tipos de ânforas representados, permitindo uma melhor percepção do seu ritmo de importações ao longo deste período.

As diversas intervenções efectuadas na antiga alcáçova de Lisboa revelaram uma longa sequência de ocupação, que se traduz numa enorme potência estratigráfica, que chega a atingir os 7 m. Esta documenta a ocupação desta área da cidade desde meados do I milénio a.C. até à época romana republicana, escasseando os dados sobre a época romana imperial. O morro do Castelo, após um hiato de contornos pouco claros, volta a ser povoado apenas em época islâmica, perdurando a sua ocupação de forma ininterrupta até aos nossos dias.

O estudo da estratigrafia e a análise do espólio dos contextos de época romana republicana permitem falar de uma única fase, que situamos no terceiro quartel do século II a.C. (150-125 a.C.), mais precisamente entre 140-130 a.C., tendo em conta a homogeneidade das diversas importações identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos em contextos similares, em estações com cronologias bem definidas. Importa aqui reter as características gerais que definem esta fase, e que permitem individualizá-la: o predomínio da cerâmica campaniense A sobre as restantes cerâmicas de verniz negro, a presença de *kalathoi* “ibéricos”, a associação entre ânforas greco-itálicas tardias e as primeiras Dressel 1, ânforas de Brindisi, ânforas ibero-púnicas do Tipo 9.1.1.1. Tipo 4.2.2.5. e o Subgrupo 12. 1.1.0. de Ramon Torres (1995), ânforas de produção do Mediterrâneo ocidental — ânforas Maña C2b, imitações hispânicas dos modelos greco-itálicos e ânforas oleícolas tripolitanas antigas.

A datação proposta para esta fase remete-nos para o seu enquadramento dentro do que sabemos acerca da conquista romana do território actualmente português, sendo a sua cronologia compatível com a primeira grande campanha militar romana no extremo Ocidente da Península Ibérica. Desencadeada em 138 a.C. pelo novo Governador da Ulterior, o procônsul Décimo Júnio Bruto, com claros objectivos de uma “pacificação” exemplar dos últimos focos de rebelião lusitana e de reconhecimento de uma área até então pouco conhecida, o Noroeste peninsular.

Através dos textos de Estrabão (III, 3.1), sabemos que este general romano utilizou o vale do Tejo como eixo principal da sua campanha, tendo usado a cidade de *Moron*, situada numa elevação perto do rio, a uns 500 estádios do mar, como base de operações e fortificado *Olisipo*, junto à foz com o objectivo de dominar a entrada do rio, mantendo livre a navegação e assegurando o abastecimento aos exércitos em campanha.

Da fortificação do primitivo núcleo urbano, pouco ou nada se sabe<sup>72</sup>, não sendo de excluir que a passagem de Estrabão se traduzisse, a par da construção ou reconstrução das muralhas, igualmente na presença física de um importante dispositivo militar, instalado no próprio povoado ou nas suas imediações. As limitações dos contextos, no que diz respeito à interpretação do tipo de ocupação das áreas da alcáçova investigadas, são difíceis de contornar, não permitindo um cabal esclarecimento, sendo, no entanto, aliciante, como proposta de trabalho a confirmar ou infirmar, ver no presente registo a evidência de uma instalação militar romana relacionada com esta fase da vida do povoado.

A importância da alimentação para o bom funcionamento da máquina de guerra romana era um dado adquirido na organização de uma expedição militar a territórios desconhecidos, não faltando referências nas fontes clássicas a desaires militares atribuídos a deficiências de abastecimento de determinados produtos essenciais à dieta mediterrânica (Fabião, 1989). Não admira, portanto, a preocupação demonstrada pelo general denominado o “Galaico” na organização da sua retaguarda, pelo assegurar de uma cidade “aliada” para servir de base de apoio ao abastecimento dos exércitos durante as campanhas para o interior.

O panorama das importações de produtos alimentares em ânforas atestado na antiga alcáçova de Lisboa parece documentar alguns dos alimentos indispensáveis para a dieta mediterrânica, o vinho, o azeite e os preparados piscícolas, com proveniências bem diversas, que revelam uma intrincada rede comercial que apenas começamos a antever (Fig. 35). O significado do seu ritmo de importações e do claro predomínio das ânforas vinárias itálicas da costa tirrénica, do tipo Dressel I e greco-itálicas, não pode deixar de se relacionar com o papel que os circuitos institucionais de abastecimento aos exércitos em campanha têm na chegada e distribuição destes contentores (Fabião, 1989). Recorde-se que os dados do Castelo demonstram claramente a inexistência de qualquer tradição comercial com o mundo romano anterior a esta fase, o que indica uma clara ruptura com as tradições comerciais do antigo povoado da colina do Castelo.

Esse papel vê-se reforçado, tendo em conta os dados disponíveis para o vale do Tejo (Fig. 19), onde encontramos paralelos muito próximos para este padrão de importações, numa estação que tem vindo a ser identificada com a *Móron* de Estrabão e/ou com o estabelecimento militar do Galaico, o sítio de Chões de Alpompé (Santarém). De facto, os circuitos de redistribuição de bens alimentares ao exército, compreendido pelas *societates publicanorum* e que antecedem o mecanismo conhecido em época imperial como *annona militaris* (Carreras Monfort, 2000), encontram-se bem documentados na Península Ibérica durante a época romana republicana, sendo o único mecanismo comercial que explica a concentração de ânforas em sítios interiores como os acampamentos numantinos (Sanmartí Grego, 1985a, 1992) ou o acampamento de Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984).

O peso que o vinho itálico tem nesta fase deve ser entendido pelo seu papel na alimentação, mas igualmente pelo seu significado enquanto elemento identificador dos cidadãos romanos deslocados das suas terras nas legiões peninsulares. Recorde-se que o exército que percorria o vale do Tejo nesta fase era ainda o “exército de cidadãos”, isto é, forças militares de constituição anterior às reformas marianas e à chamada “proletarização” do serviço militar em Roma (Fabião, 1998a, p. 384). As diferenças de fabrico identificadas entre as ânforas vinárias itálicas, que deverão corresponder a distintas proveniências dentro da Península Itálica, e diferentes conteúdos vinícolas, apresenta-se como um campo de investigação parti-

cularmente interessante, sendo de evidenciar a coexistência dos mesmos fabricos nos exemplares greco-itálicos e nos da forma 1 de Dressel, confirmando os dados dos centros de produção e o claro predomínio das típicas produções ditas “campanienses”, caracterizadas por uma grande abundância de “areias negras” de origem vulcânica (Grupo 3).

O azeite, ao contrário do que seria de esperar, dada a sua importância nos hábitos alimentares e enquanto combustível na iluminação, encontra-se escassamente representado. Sendo um expressivo indicador de uma eventual produção local ou regional desde época pré-romana, que os exércitos souberam aproveitar e seguramente desenvolver. Parece-me, no entanto, pertinente observar a superioridade das importações de azeite africano em relação ao proveniente da Península Itálica, indo ao encontro da difusão que se começa clarificar da sua distribuição na Península Ibérica (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2000), sendo tentadora a proposta destes investigadores, de que o azeite da área da Tripolitânia que chegava ao Ocidente seria consequência do abastecimento estatal ao exército.

Os preparados piscícolas assumem um peso importante no panorama das importações do povoado de *Olisipo* nesta época, tendo os abastecimentos ocidentais da área do Estreito de Gibraltar um papel preponderante, sendo um dos indicadores mais eloquentes do precoce despertar da *Hispania* e do papel que o exército tem no seu desenvolvimento económico. A análise do presente conjunto permitiu identificar diferentes contentores destinados à sua comercialização, fabricados com as mesmas pastas, vindo confirmar os dados dos centros produtores de San Fernando - Cádiz (Perdigones Moreno e Muñoz Vicente, 1988; González Toraya et al., 2000) e a sua precoce exportação para a fachada atlântica. O papel que as ânforas do Tipo 9.I.I.I., Mañá C2b e greco-itálicas hispânicas apresentam nos contextos analisados (cerca de 25%) permite-nos indagar acerca do seu significado, sendo plausível que materializem no registo arqueológico a necessidade dos magistrados romanos com funções militares de assegurar o abastecimento local de determinados produtos ao exército. Recorde-se que as ânforas hispânicas, nomeadamente as do Tipo 9.I.I.I. de Ramon Torres (1995) e do Tipo Mañá C2, têm vindo a ser identificadas em sítios de cariz militar, nomeadamente em *Tarraco* (Díaz García, 2000), *Valentia* (Ribera i Lacomba, 1998) e nos acampamentos republicanos de circunvalação a Numância (Sanmartí Grego, 1985a, 1985b), sendo plausível que tenham chegado a estes sítios igualmente as imitações das ânforas greco-itálicas.

A comparação dos dados da análise da totalidade das ânforas exumadas no Castelo de São Jorge com os resultados do estudo dos contextos (Quadro 12) dota-nos de um conjunto suficientemente amplo, ultrapassando as cinco centenas de indivíduos, com uma fiabilidade alta em termos de análise estatística, que nos permite sublinhar a importância que o porto de *Olisipo* terá assumido desde as primeiras campanhas militares no extremo Ocidente, adquirindo um papel preponderante como um dos principais portos da fachada atlântica.

Ao nos debruçarmos sobre a apreciação destes dados, sobressai a presença esmagadora de materiais de cronologia republicana. De facto, esta constatação parece-nos bastante reveladora do tipo de ocupação de que esta área da cidade terá sido alvo durante a época romana imperial. As importações de produtos alimentares, ainda que continuem a chegar ao longo do século II e I a.C., documentando a ocupação do Castelo durante este período, diminuem drasticamente a partir de finais deste século. Podem ser um claro indicador de uma alteração do eixo urbano da cidade ao longo do século I a.C., tendo o planalto do Castelo perdido a sua função urbana já secular em detrimento da encosta da sua colina e do vale da Baixa, onde se desenvolve o *municipium civium Romanorum* de *Felicitas Iulia Olisipo*. É, no entanto, plausível que o vasto planalto da alcáçova de Lisboa possa ter continuado a ter uma qualquer utilização de “cariz público”, eventualmente com espaços de culto na área mais alta do morro onde, em época medieval, se veio a erguer o Castelejo e o Real Paço da Alcáçova<sup>73</sup>.

- <sup>1</sup> Dirigidas pela Dras. Alexandra Gaspar e Ana Gomes.
- <sup>2</sup> Ver mapa das diversas intervenções realizadas, em Gomes et al., 2003, p. 215.
- <sup>3</sup> Resulta difícil a reconstituição paleogeográfica desta zona durante o período que nos ocupamos, embora comecem a existir dados mais concretos para períodos mais recuados e para época romana Imperial. Julgamos no entanto excessivo face aos dados disponíveis as dimensões que tem vindo a ser propostas para a sua reconstituição (Ver Amaro, 1993).
- <sup>4</sup> Julgo importante ressaltar que o rio Tejo constitui desde cedo uma importante via de comunicação para o interior do território, sendo o rio mais extenso da Península Ibérica e o segundo mais navegável depois do Guadalquivir (Daveau, 1994).
- <sup>5</sup> Ver mapa com a distribuição dos topónimos em -ipo em Fabião, 1992a, p. 145.
- <sup>6</sup> Escavação dirigida pelo Dr. Rodrigo Banha da Silva, a quem devemos a amabilidade da informação.
- <sup>7</sup> Escavação dirigida pela Dra. Manuela Leitão, que teve a cortesia de nos possibilitar uma análise preliminar da estratigrafia e do espólio exumado.
- <sup>8</sup> Encontrando-se o seu estudo em fase de conclusão pela Dr. Maria José Sequeira.
- <sup>9</sup> Um fragmento de taça ática de verniz negro da intervenção da rua dos Correios, possivelmente do grupo das *Vicup* (Arruda, 1997b, p. 86) e dois fragmentos em fase de estudo provenientes da recente intervenção da Rua de São João da Praça: um fragmento de fundo possivelmente de uma *kylix* de figuras vermelhas, embora, devido ao seu estado de conservação, não seja possível vislumbrar o motivo nem propor qual o pintor em questão e um fragmento de fundo de verniz negro de difícil classificação.
- <sup>10</sup> Local que viria a ser elevado à categoria de colónia entre 31 e 27 a.C. denominada de *Praesidium Iulium Scallabis* (Faria, 1999, p. 43).
- <sup>11</sup> A localização do “quartel general” de César, numa área não muito distante da que *Décimo Júnio Bruto*, quase oitenta anos antes teria escolhido para implantar o seu, confirma a importância estratégica daquela região do vale do Tejo ao longo do processo de conquista do território pelos exércitos romanos (Fabião, 1992b, p. 224).
- <sup>12</sup> Pertencente à F. 3120 de Morel (Fabião, 1998b, p. 304-305) que, pela sua cronologia, poderia ser compatível com os movimentos militares do “Galaico” no vale do Tejo.
- <sup>13</sup> Dois bordos de Mañá C1, 3 bordos de Mañá C2b, 1 bordo de greco-italica, 2 bordos e um fundo de Dressel 1, e um bordo de Haltern 70 exumados em níveis de aterro no Teatro Romano (Diogo, 2000; Diogo e Trindade, 1999). Uma ânfora Dressel 1 de pasta “campaniense” da Casa dos Bicos (Amaro, 1982, 2002). Um fragmento de fundo de Dressel 1 do núcleo arqueológico da Rua dos Correios (Bugalhão e Sabrosa, 1995) e um fundo de difícil classificação, do Cais do Sodré, classificado como Mañá C (Alves; Diogo e Cardoso, 2001).
- <sup>14</sup> Visto que outros investigadores se têm debruçado com algum fôlego sobre esta temática. Para a história da investigação sobre as ânforas no território actualmente português, ver Fabião, 1989 e Morais, 1998, e, para o seu enquadramento a nível do mundo romano, ver Fabião, no prelo.
- <sup>15</sup> A falta de dados no que diz respeito aos centros produtores limita à partida qualquer estudo desta natureza; elucidativo destes problemas resulta o estudo sobre as pastas das ânforas vinárias itálicas, exportadas em largas quantidades para a *Gallia* e para alguns locais da *Hispania Citerior* em época republicana (Hesnard et al., 1989). Esperamos futuramente determo-nos com outro fôlego sobre as características dos grupos de fabrico identificados que revelam problemáticas à margem dum estudo desta natureza, que deverão ser explorados para uma melhor compreensão da verdadeira representação de determinadas áreas.
- <sup>16</sup> As camadas de época medieval apresentavam grande quantidade de material republicano, resultantes de revolvimentos dos níveis inferiores que, em parte da área foram, até aos níveis geológicos: essencialmente material anfórico, bojós, asas, fundos e bordos de ânforas greco-italicas e Dressel 1 e um fragmento de bordo de Dressel 1 com uma marca impressa sobre o lábio, que será tratada mais à frente (ver 3.3.6.2, Est. 17, n.º 135).
- <sup>17</sup> Sendo isso bem patente pela análise do seu espólio, tendo-se obtido colagens entre esta camada e as que preenchem a estrutura 7.
- <sup>18</sup> Nestes níveis de aterro é de salientar a presença de inúmeras ânforas do tipo Mañá C2b, que surgem a par das primeiras importações ânforas da futura província da Bética, do tipo Classe 67, ânforas vinárias itálicas do Tipo Dressel 2-4 e de exemplares de cerâmica campaniense A, B e C.
- <sup>19</sup> Apenas foi possível identificar pequenos fragmentos incaracterísticos de bojo no contexto F. Em relação às cerâmicas de engobe negro, o predomínio das campanienses A aplica-se igualmente no já numeroso conjunto identificado em contexto secundário nas diversas intervenções realizadas.
- <sup>20</sup> No Castelo de São Jorge, identifiquei um fragmento de bocal deste tipo, infelizmente em contexto secundário, no Palacete das Cozinhas; no entanto, a sua presença em Lisboa atesta a continuidade da importação de ânforas ebusitanas na fachada atlântica desde períodos pré-romanos. Comercialização essa que, até há pouco tempo, se encontrava por atestar, no entanto a recente publicação de um exemplar do Tipo 8.1.1.1. (PE-14) da foz do Arade (Alves et al., 2001) e de um fundo Tipo 8.1.3.1. (PE-16) (Hourcade et al., 2003) da vila de Mértola, veio demonstrar a sua comercialização em época pré-romana para o Ocidente.
- <sup>21</sup> Estes contextos apresentam uma datação histórica fornecida pelas fontes latinas, a conquista de Numância em 133 a.C. por Cipião Emiliano.
- <sup>22</sup> Embora possa ter perdurado até meados do século I a.C., tendo em conta alguns materiais surgidos em contextos de aterro de época tardo-romana e islâmica, que poderão documentar uma presença na área mais alta do planalto do Castelo onde, em época islâmica, se veio a erguer o último reduto defensivo da cidade.
- <sup>23</sup> Esses níveis foram identificados em todas as sondagens sob um nível de circulação de época medieval. O estudo da estratigrafia detectada revela que se trata de uma construção em que é possível identificar a deposição secundária de sedimentos pré-existentes, o que se traduz pela coexistência de abundantes materiais de cronologia romana republicana, com alguns materiais de época tardo-romana (nomeadamente *sigillata* Africana Clara D e *Late Roman C*). Nestes níveis, é de salientar a presença de inúmeras ânforas do tipo Mañá C2b, que surgem a par de algumas Dressel 1 itálicas, de ânforas Dressel 2-4 de produção itálica, das primeiras importações ânforas da futura província da Bética, do tipo Classe 67 e de exemplares de cerâmica campaniense A, B e C.

- <sup>24</sup> Ausência que é confirmada pela presença inexpressiva de materiais de época imperial, que se resume a alguns fragmentos de terra *sigillata* sudgálica e hispânica nos níveis posteriores, de época islâmica e medieval.
- <sup>25</sup> Embora surjam pelo menos dois fragmentos de bocal desta forma (Gateau, 1990, p. 166)
- <sup>26</sup> Optei por efectuar estas medições em todos os fragmentos de bocal de ânforas vinárias itálicas e nas suas imitações hispânicas.
- <sup>27</sup> Tendo em conta os dados da *Gallia*, onde essas realidades se encontram bem estudadas, sendo possível analisar o declínio da sua comercialização durante o terceiro quarto do século I a.C. (Ver Desbat, 1998, p. 33, Figuras 3 e 4). Para o futuro território da Lusitânia, os dados são escassos, mas é claro o fenómeno de uma inversão da tendência importadora ao longo do século I a.C. (Fabião, 1998<sup>a</sup>, p. 178) e o despertar do fenómeno de imitação dos contentores, que se traduz numa clara “romanização” das ânforas hispânicas.
- <sup>28</sup> Não posso deixar de salientar o carácter provisório destas distinções, que mais não são do que meras propostas de trabalho, baseadas numa análise a lupa manual 1/10, que carecem da devida comprovação química e mineralógica.
- <sup>29</sup> Para uma coerência da descrição dos grupos de fabrico identificados, optei por numerá-los sequencialmente, partindo dos dois grupos que, até ao momento, apenas surgem identificados com produções greco-itálicas; sendo assim, abandonei a numeração dos grupos avançada no primeiro trabalho sobre as ânforas do Castelo (Pimenta, 2003), embora seja sempre efectuada a correlação entre esses grupos e a numeração actual.
- <sup>30</sup> Corresponde ao Grupo 6 definido para as ânforas itálicas provenientes de um aterro de cronologia islâmica, no Castelo de São Jorge (Pimenta, 2003).
- <sup>31</sup> Para a análise da ânfora do Contexto C (a única neste grupo a que podemos aplicar estas medições), seguimos o método de A. Tchernia (1986, p. 309), que identifica como greco-itálicas as ânforas cuja relação entre altura total menos o fundo sobre a largura máxima é inferior a 2,9. As medições desta ânfora permitem assim classificá-la como greco-itálica, com uma relação de 2,6.
- <sup>32</sup> Corresponde ao Grupo 5 definido para as ânforas itálicas provenientes de um aterro de cronologia islâmica, no Castelo de São Jorge (Pimenta, 2003).
- <sup>33</sup> Pech-Maho, Ampúrias e Numancia.
- <sup>34</sup> La Lagaste, Lastours les Martys e Le Verbe Incarné.
- <sup>35</sup> Esta observação segue as distinções efectuadas por Sanmartí Greco (1985a) no estudo das ânforas dos acampamentos de circunvalação da cidade celtibérica de Numância.
- <sup>36</sup> 1,6 cm de diâmetro.
- <sup>37</sup> Este atelier produziu, tanto quanto se sabe, um único tipo cerâmico, similar às produções de paredes finas, durante meados do século I a.C. Entre as marcas conhecidas deste centro produtor destacam-se as que apresentam a gravação de um busto de Minerva, com o seu típico capacete numa cartela circular cujo diâmetro varia entre 14 e 15 mm, apresentando em frente da face, ao alto, os nomes do proprietário do atelier e do escravo.
- <sup>38</sup> Dado o resultado da gravação e dos seus pormenores.
- <sup>39</sup> Corresponde ao Grupo 2 definido para as ânforas itálicas provenientes de um aterro de cronologia islâmica, no Castelo de São Jorge (Pimenta, 2003).
- <sup>40</sup> Corresponde ao Grupo 3 definido para as ânforas itálicas provenientes de um aterro de cronologia islâmica, no Castelo de São Jorge (Pimenta, 2003).
- <sup>41</sup> Corresponde ao Grupo 4 definido para as ânforas itálicas provenientes de um aterro de cronologia islâmica, no Castelo de São Jorge (Pimenta, 2003).
- <sup>42</sup> Ver mapa de distribuição mais actualizado em Desbat, Maza e Picon, 1997, p. 515, figura 8. Tem que se lhe acrescentar um exemplar recentemente identificado no povoado ibérico de L’Hostal, Cabrera del Mar, Maresme (Cela Espín et al., 2002) e os recentes exemplares descobertos no povoado de Bibracte (Olmer, 2003).
- <sup>43</sup> Esta constatação é igualmente válida para os outros produtos comercializados, e coloca em causa a viabilidade de uma análise assente, unicamente, numa óptica dos conteúdos transportados.
- <sup>44</sup> Voltarei a esta questão mais à frente, ver ponto 3. As ânforas do Mediterrâneo ocidental e da área do estreito de Gibraltar.
- <sup>45</sup> Corresponde à forma 18 da tabela de Dressel (1899), à forma C de Mañá (1951) e à Classe 32 de Peacock e Williams (1986).
- <sup>46</sup> No presente trabalho optámos por utilizar a designação tradicional de Maña C2b para designar os modelos ocidentais de produção da área do estreito de Gibraltar destes contentores, visto apresentar-se particularmente difícil aplicar a distinção observada por Ramon Torres, devido ao estado fragmentário dos exemplares identificados.
- <sup>47</sup> Onde o variante C2a continua a ser abundante até ao seu abandono em 130-120 a.C. convivendo já com exemplares da variante C2b.
- <sup>48</sup> Datado do 2.º/3.º quartel do século I a.C. e correspondendo à variante Maña C2c.
- <sup>49</sup> Isto é pedaços de pescado salgado.
- <sup>50</sup> Para distinguir na apresentação gráfica dos dados os grupos Hispânicos dos de proveniência Itálica, optei por acrescentar a sigla H (Hispânico) ao respectivo número mantendo assim a numeração em aberto para ambas as proveniências.
- <sup>51</sup> Que passamos a designar como greco-itálicos hispânicos, para clarificar a sua distinta proveniência dos seus congéneres itálicos.
- <sup>52</sup> Durante o Congresso *Figlinae Baeticae*, realizado em Cádiz em Novembro de 2003, contactámos os colegas espanhóis que trabalham sobre os materiais da Baía Gaditana e também nenhum deles a conhecia. Devo agradecer a amabilidade do Professor Doutor Lázaro Lagóstena Barrios, Dr. Enrique García Vargas e Professor Doutor Darío Bernal Casasola.
- <sup>53</sup> Embora consciente da falta de dados para aferir com exactidão, o conteúdo transportado pelas ânforas deste tipo optei por manter a atribuição “tradicional” de um conteúdo oleícola tendo em conta o impacto que a morfologia destes contentores irá ter na Hispania e no norte de África em épocas posteriores.
- <sup>54</sup> Embora formas similares tinham sido englobadas por Beltrán Lloris (1970), na sua tipologia, sob a forma 85c, tendo lhe sido atribuído uma proveniência itálica.

- <sup>55</sup> Tal parece ser o caso, de um fragmento de bocal do povoado das Mesas do Castelinho, ver Fabião e Guerra, 1994, p. 279, Fig. 7, n.º 6.
- <sup>56</sup> O perfil do lábio do exemplar do Contexto E encontra paralelos directos numa ânfora deste tipo proveniente do naufrágio de La Jaumegarde B, datado da segunda metade do século II a.C. (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2000, p. 306, Figura 2)
- <sup>57</sup> Embora a recente descoberta de imitações de ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1, de produção local, nos arredores de Tarraco, evidenciando marcas em caracteres ibéricos, vem, a meu ver, relançar a discussão acerca da proveniência dessa marca (Carreté, Keay e Millet, 1995; Pérez Suñé e Revilla Calvo, 1995).
- <sup>58</sup> Correspondendo a grande parte da área do bojo sob a linha do ombro e entre a base das duas asas.
- <sup>59</sup> Visto que optei por apresentar sequencialmente os grupos de fabrico hispânicos, as ânforas greco-itálicas de proveniência peninsular não apresentam grupo 3, já que, até ao momento, este é exclusivo das ânforas Mañá C2b.
- <sup>60</sup> Corresponde ao Grupo 1 acima descrito para as ânforas de preparados piscícolas (Ver 4.3.)
- <sup>61</sup> Para a análise da ânfora do Contexto C, seguimos o método de A. Tchernia (1986, p. 309), permitindo as medições desta ânfora classificá-la como greco-itálica, com uma relação de 2,4.
- <sup>62</sup> Alcançando os 4 cm, o que poderá revelar alguma inaptidão do oleiro na execução desta nova forma; embora domine a morfologia, poderá ter alguns problemas na execução destes contentores.
- <sup>63</sup> As medições desta ânfora segundo o método de A. Tchernia (1986, p. 309) permitem classificá-la como greco-itálica, com uma relação de 2,4 entre altura total menos o fundo sobre a largura máxima.
- <sup>64</sup> Os exemplares que apresento como do Subgrupo 12.1.1.0. (Mañá Pascual A4 “evolucionadas”) do Castelo de São Jorge merecem um comentário particular; de facto, o seu estado fragmentário levou a que tivesse alguns problemas na sua identificação e numa primeira fase, os tivesse interpretado como ânforas do Tipo 8.1.1.2. (Ramon Torres, 1995). Devo agradecer ao Dr. Pedro Carretero as observações que me permitiram a sua correcta distinção, nomeadamente a inclinação da parede dos fragmentos, que abrem num ângulo mais aberto em direcção à carena onde normalmente se fragmentam com mais facilidade, enquanto nas ânforas do T. 8.1.1.2. são mais direitas, o espessamento interno do lábio, que nas Mañá-Pascual A4 “evolucionadas” é apontado, e não engrossado e arredondado para o interior, e a característica canelura bem marcada que separa o bordo verdadeiro do resto da peça e que nas ânforas do T. 8.1.1.2. é quase imperceptível.
- <sup>65</sup> É de salientar a sua similitude com as utilizadas no fabrico das cerâmicas comuns de uso quotidiano presentes nos mesmos contextos em que foram exumados, assim como a sua semelhança com as típicas pastas de produção local de época islâmica e medieval.
- <sup>66</sup> Tendo em conta os pressupostos de Molina Vidal (1997, p. 41), aplicados na análise estatística do seu estudo sobre a dinâmica comercial entre a Itália e a *Hispania Citerior*.
- <sup>67</sup> De salientar que na análise das ânforas Dressel 1 do Castelo, segundo a divisão tripartida tradicional em A, B e C, apenas identifiquei nove exemplares que não correspondem ao tipo A, sendo 1 do tipo B e oito do tipo C.
- <sup>68</sup> Tal é o caso dos territórios a sul do Tejo onde mais cedo se terá feito sentir a presença itálica e onde será de esperar uma presença mais significativa dos contentores vinários do tipo greco-itálico.
- <sup>69</sup> Hipótese essa que pode ver-se comprovada pela existência de uma tradição, aparente, de imitação de modelos anfóricos exógenos na baía de Cádiz, muito similar à já documentada em Ibiza (Bustamante Arroyo, no prelo).
- <sup>70</sup> Sendo de salientar a sua presença, no vale do Tejo, precisamente nos Chões de Alpompe (Fabião, 1989, p. 105, Fig. 14, n.º 54 e 75; Diogo, 1993, p. 223, Est. II, n.º 25 e 26; Diogo e Trindade, 1993-94, p. 268, Est. II, n.º 22 a 28 e n.º 33 a 34), e em Lisboa, podendo ser mais um argumento em favor da defesa de um padrão de abastecimento institucional para explicar a presença de determinados produtos.
- <sup>71</sup> Para o vale do Tejo, se os dados não nos permitem esclarecer a questão da produção de azeite para este período, devo no entanto recordar que a sua produção se encontra bem atestada para época romana imperial (Brun, 1997).
- <sup>72</sup> Recentemente, Dias Diogo apresentou uma comunicação ao congresso “Os Púnicos no extremo ocidente” (Outubro de 2000), infelizmente não publicada nas respectivas actas, onde apresentou uma estrutura negativa, interpretada como vala ou fosso defensivo, aparentemente de cronologia republicana, que, segundo o próprio, poderia estar relacionada com um sistema defensivo da cidade nessa época. Aguardamos a efectiva publicação desta importante escavação, para a real compreensão da funcionalidade desta estrutura e da sua cronologia.
- <sup>73</sup> Já depois de concluído e entregue este trabalho, foi possível, numa intervenção realizada no edifício n.º 13 a 19 da Rua das Flores (Grupo Desportivo do Castelo), identificar contextos e estruturas positivas de época romana imperial, que interpretamos como pertencentes a um edifício público romano. Conquanto a exiguidade da área abrangida pela escavação não permita de momento datar a sua construção ou definir uma interpretação do tipo de edifício, os dados registados levantam uma série de pistas, que só futuros estudos permitirão resolver.